

DINAMARCA

REINO DA DINAMARCA

Chefe de Estado:	Rainha Margrethe II
Chefe de Governo:	Helle Thorning-Schmidt (substituiu Lars Løkke Rasmussen em setembro)
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	5,6 milhões
Esperança média de vida:	78,8 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	4 por 1000

Foi anunciada uma nova investigação à utilização do território da Dinamarca nos voos de rendição da CIA, embora a mesma não tivesse poderes suficientes e tivesse um âmbito muito limitado. As práticas de detenção de imigrantes causaram preocupação devido à continuação da detenção de pessoas vulneráveis. As mulheres não tinham proteção legal igualitária e efetiva contra a violência.

Combater o terrorismo e segurança

Em fevereiro, foi realizada uma auditoria à revisão da legislação antiterrorista realizada pelo governo no ano anterior, na sequência de preocupações sobre a inadequação e falta de exaustividade da mesma.

A 2 de novembro, o governo anunciou que o Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais (DIIS) iria investigar a utilização do território do país nos voos de rendição da CIA desde 2001. A investigação, porém, estava limitada apenas aos voos que envolvessem a Gronelândia, e não o restante território dinamarquês. Além disso, o DIIS apenas estava autorizado a analisar os documentos de um anterior inquérito dinamarquês realizado em 2008, e os investigadores não podiam obrigar testemunhas a depor nem pedir novas informações. À luz destas restrições a investigação não podia ser independente, imparcial, exaustiva e eficaz conforme requerido pelas leis e padrões internacionais dos direitos humanos.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Em junho, o Tribunal Superior confirmou o veredicto anterior que decidira que Niels Holck não podia ser extraditado para a Índia, porque as garantias diplomáticas negociadas entre os governos dinamarquês e indiano não constituíam proteção suficiente.

Em novembro, o Tribunal de Copenhaga considerou que Qais J. Khaled (um cidadão iraquiano) podia processar as autoridades dinamarquesas por danos, por ter sido transferido para custódia da polícia iraquiana em Bassorá, em 2004, apesar de saberem que ele corria risco de ser sujeito a tortura ou outras formas de maus-tratos.

Em dezembro, surgiram mais informações indicando que pelo menos 500 iraquianos pudessem ter sido entregues às autoridades iraquianas em circunstâncias semelhantes. Foram ainda manifestadas preocupações sobre o facto de ter sido ocultado ao parlamento as informações que confirmavam que o Exército dinamarquês tinha conhecimento do risco de tortura enfrentado por aqueles que eram entregues às autoridades iraquianas.

Refugiados e requerentes de asilo

A política para os refugiados e requerentes de asilo continuou a causar preocupação.

Em janeiro, as transferências de requerentes de asilo para a Grécia ao abrigo do Regulamento Dublin II foram suspensas, na sequência de uma decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que considerou que a Grécia não tinha um sistema eficaz de asilo (ver entrada da Grécia). As autoridades não fizeram qualquer esforço para localizar as 20 pessoas que foram transferidas para a Grécia em 2010 ao abrigo daquele regulamento.

Pelo menos 43 cidadãos iraquianos foram deportados à força para Bagdade, no Iraque, contrariamente às diretivas do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados.

Pessoas vulneráveis, incluindo vítimas de tortura e de tráfico de seres humanos, continuaram a ser detidas em casos relacionados com a imigração.

No início do ano veio a público que tinha sido recusada a cidadania a 36 jovens palestinos apátridas, em violação da Convenção da ONU que obriga os Estados a concederem a cidadania a crianças apátridas nascidas no território do país. Revelações subsequentes indicaram que cerca de 500 jovens palestinos tinham sido mal informados e tinham visto a sua cidadania recusada. Como resultado das revelações, a Ministra para os Refugiados, Imigrantes e Integração demitiu-se do cargo. Foi criado um comité independente para a investigação, e alguns dos indivíduos em causa moveram processos judiciais contra o governo para obterem uma compensação.

Violência contra mulheres e raparigas

A legislação não dava proteção igual e adequada a todas as vítimas de violência sexual. Vários crimes de violência sexual e abuso continuavam a não ser punidos por lei se o perpetrador e a vítima fossem casados, tal como o sexo não consensual em que a vítima era incapaz de reagir devido a doença ou intoxicação alcoólica.

Um comité de peritos nomeado pelo governo em 2009 para examinar a legislação existente sobre violação ainda não tinha apresentado as suas conclusões no final do ano. Contudo, em maio o governo apresentou propostas para aumentar as penas de prisão por violação cometida por desconhecidos. Foi levantada a preocupação de que estas propostas pudessem indevidamente reforçar o tratamento de violação como um crime menor em que vítima e perpetrador se conheciam.

Discriminação

Em março, o Supremo Tribunal considerou ilegal a expulsão de 2 ciganos da Roménia em 2010, com base na alegação de permanecerem ilegalmente em parques e edifícios públicos. A decisão de expulsar os ciganos tinha sido criticada como discriminatória por vários políticos e membros da sociedade civil. Como consequência da decisão do tribunal, o governo anulou as ordens de expulsão de mais 14 ciganos romenos.

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

📄 Denmark: Amnesty International welcomes commitment to observe the principle of *non-refoulement* but regrets unwillingness to reform legislation on anti-terrorism and rape (EUR 18/001/2011)